

*Como trabalhar conceitos em Geografia – guia para
o ensino e a pesquisa*

*Cómo trabajar los conceptos de geografía – manual para
la enseñanza y la investigación*

*How work with concepts in geography – a guide for
teaching and research*

Horieste Gomes

Professor aposentado / UCG

Professor Emérito / UFG

horieste@gmail.com

Resumo

Uma das grandes dificuldades que alunos e professores de geografia e de áreas afins encontram no aprendizado, na teorização e na prática do ensino e da pesquisa geográfica, diz respeito ao domínio e emprego correto de conceitos, categorias, princípios geográficos e ambientais. Geralmente, quando comparamos o conjunto de conhecimentos que respondem pelo saber geográfico; o rol das disciplinas que compõem a grade curricular do curso de graduação em geografia (licenciatura ou bacharelado) e o programa mínimo a ser cumprido de cada disciplina, com o volume dos conteúdos transmitidos em sala de aula ou levado à prática na pesquisa de campo, constatamos a grande defasagem entre o que é institucional exigido pelo MEC, e o que foi repassado ao aluno durante o curso de graduação. Há um imenso hiato, tanto horizontalizado quanto verticalizado, no tocante à formação básica necessária ao futuro “profissional” em geografia a ser lançado no mercado de trabalho. No fundamental, há uma carência enorme de natureza teórica, epistemológica e metodológica muito acentuada, assim como na condução prática da abordagem do espaço geográfico, objeto de nossa análise geográfica. O artigo ora apresentado tem como objetivo levar o estudante, o professor e o pesquisador a uma melhor compreensão das categorias e conceitos geográficos que são essenciais ao exercício profissional.

Palavras-chave: ensino; pesquisa; princípios geográficos e ambientais; conceitos em Geografia.

Resumen

Una de las grandes dificultades que estudiantes y profesores de geografía y de los campos relacionados encuentran en la aprendizaje, en la teoría y en la práctica de la enseñanza y de la investigación geográfica, se relaciona con el dominio y uso correcto de los conceptos, categorías, principios geográficos y ambientales. En general, cuando se compara el conjunto de conocimientos que tiene en cuenta el conocimiento geográfico; las disciplinas que componen los cursos de pregrado en geografía y el programa mínimo que debe cumplir en cada disciplina, con volumen de los contenidos transmitidos en las clases o tomado en la práctica de investigación de campo, hay una gran brecha entre lo que es requerido por el Ministério de Educación de Brasil (MEC), y lo que fue transmitido a lo estudiante durante el pregrado. Hay una enorme diferencia con respecto a la formación básica necesaria para el futuro "profesional " en la geografía a la ser lanzado en el mercado del trabajo. En esencia, hay una enorme pobreza de naturaleza teórica, epistemológica y metodológica muy aguda, así como en la conducción práctica del enfoque del espacio geográfico, objeto de análisis de esta ciencia. El artículo que aquí se presenta tiene como objetivo mostrar al estudiante, profesor e investigador una mejor comprensión de las categorías y conceptos geográficos que son esenciales para la práctica profesional.

Palabras claves: enseñanza, investigación, principios geográficos y ambientales, conceptos en geografía.

Abstract

One of the great difficulties that students and teachers of geography and related fields are in learning, theorizing and practice of teaching and geographical research, respect with to the mastery and correct use of concepts, categories, geographical and environmental principles . Generally, when comparing the body of knowledge that account for the geographic knowledge, the list of the disciplines that make up the curriculum of the undergraduate degree in geography and minimum program to be completed for each discipline, with the volume of content transmitted in classroom or put into practice in the field research, we found a large gap between what is required by institutional MEC, and that was passed on to the student during the undergraduate degree. There is a huge gap, both in horizontal as vertical level, with respect to the basic training required for the future "professional " in geography to be released in the labor market. In essence, there is an enormous lack of theoretical, epistemological and methodological very sharp, as well as practical driving the approach of geographic space , the object of our geographic analysis . The article presented here aims to bring students, teachers and researchers to better understanding of the categories and geographical concepts that are essential to professional practice.

Keywords: Teaching, Research, Geographical and Environmental Principles, Concepts in Geography.

Introdução

No campo específico da ciência geográfica, velhos conceitos e paradigmas que se estratificaram no tempo e no espaço e tornaram-se obsoletos, ainda se mantêm vivos e estão muito presentes na condução do ensino e da pesquisa geográfica nas nossas instituições escolares. No fundamental, essas estruturas conceituais e metodológicas que alimentam o sujeito e o objeto da ciência geográfica e o fazer geográfico, perderam necessidade histórica, portanto, deixaram de ser verdadeiras, válidas e necessárias à sociedade e a ciência geográfica como objeto de análise. Mas, como são tidas e divulgadas como “verdades inquestionáveis”, se mantêm e funcionam de maneira impeditiva à compreensão explícita do objeto da geografia, o espaço geográfico. Permanece, portanto, a velha lógica formal de ver, sentir, aprender, produzir e repassar conhecimentos.

Outra realidade de fácil constatação no meio de nossa categoria – estudantes universitários, professores e técnicos em planejamento urbano e regional – consiste no fato de que muitos dos seus membros por não terem a clareza dos significados dos conceitos para se trabalhar os conteúdos das disciplinas, não conseguem selecionar com precisão, o ‘conteúdo básico’ de cada disciplina. Por conteúdo básico entende-se aquilo que é fundamental no corpo do livro-texto, em livros e artigos geográficos, científicos e culturais, a fim de que o aluno possa assimilar o conhecimento compatível e necessário a sua formação profissional. Para tanto, há que se ter em conta o significado-significante da interdependência dos fenômenos da natureza e da sociedade; o domínio dos conceitos de território, de região e de organização espacial; o significado de lugar e de paisagem; a noção de historicidade e totalidade do espaço geográfico; o significado do todo e da parte, da aparência e da essência; do geral, particular e singular; a relação causa e consequência; os princípios geográficos e ambientais; a noção de escala etc.

Outra carência que permeia o universo de nossa categoria diz respeito ao método (s) utilizado pelos que manuseiam o saber geográfico, tanto no ensino quanto na pesquisa. O método principal a ser utilizado é o fio condutor de qualquer produção científica, seja em nível da pesquisa fundamental, de campo ou experimental, ou, da transmissão escrita e oral do conhecimento em sala de aula, em minicursos, em mesas-redondas, em debates, em publicações etc.

Se o conceito de categoria geográfica não ficar bem explícito, transparente ao nível do entendimento de quem trabalha os conteúdos da ciência geográfica inseridos nas publicações (livros, revistas, textos avulsos) e na pesquisa científica (monografias, teses e projetos), a produção e a transmissão do conhecimento em sala de aula, ou, em ambiente externo, ficará prejudicada. Sem dominar os conceitos básicos da ciência geográfica, seja o aluno de graduação, o licenciado ou o bacharel em geografia, o técnico em planejamento, o profissional de áreas afins, não conseguirá romper com o conhecimento tradicional, teórico e metodológico, que se mantém como paradigma considerado como verdadeiro.

Outro fator importante para se trabalhar melhor os conceitos geográficos, passa pelo nosso entendimento do significado dos “princípios geográficos e ambientais”, princípios estes ignorados, esquecidos ou abandonados pela grande maioria dos que atualmente lidam com o ensino e pesquisa geográfica. Há que revivê-los e inseri-los nas nossas ações por funcionarem como guias-condutores no nosso inquérito geográfico, sendo portanto, indispensáveis para entendermos a natureza dos fenômenos físicos e humanos, em termos de abrangência, de dinâmica, e, principalmente, de conexão-interação, a fim de que possamos analisar a realidade objetiva homem-natureza no âmbito da interdependência, compreendendo a relação intrínseca em termos de unidade e adversidade dos fenômenos.

Quanto aos princípios ambientais, jamais poderemos empreender estudos de um determinado espaço geográfico como objeto de nossa pesquisa, se estivermos desprovidos dos seus valores no contexto da relação do homem-meio, e vice-versa. Em todo meio geográfico, há uma interação mútua pautada pela interdependência, autonomia e dependência de cada natureza que deve ser respeitada e valorizada pelo sujeito agente da pesquisa geográfica.

Conceitos, categorias e princípios geográficos-ambientais

- **Estado** – Quando conceituamos Estado como um organismo vivo, estamos falando de uma instituição pública-jurídica que administra todos os poderes de uma nação através dos seus ministérios, congresso nacional, forças armadas, funcionalismo público etc. O Estado representa determinado país, soberano ou dependente, conforme o seu grau de autonomia política e econômico-financeira perante outros estados. Ele é caracterizado por uma

determinada forma de governo e por um regime político que orienta os destinos de um país. Entre as formas de Estados temos o federativo-republicano, o parlamentarista, o monárquico cuja sucessão segue uma linhagem familiar. Quanto ao regime político temos o “democrático”, aquele que se fundamenta e organiza a partir dos princípios que embasam o conceito de democracia, ou sob “regime de exceção” exercido por governo ditatorial, a exemplo do Brasil após o golpe político-militar de 31 de março de 1964. O Brasil na atualidade, os Estados Unidos, o México, todos os países da América Central e da América Latina são estados republicanos democráticos sob regime presidencialista; a Inglaterra, a Holanda, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca são exemplos de monarquias parlamentares; a França republicana do presente, na época de Luiz XIV era uma monarquia aristocrática e oligárquica; muitos dos atuais estados africanos são ditaduras disfarçadas de democracia; o antigo Egito, era governado por uma oligarquia unitária representada pela linhagem dos faraós; assim também foi o império persa; o Japão é uma república parlamentar que mantém no poder o imperador que representa a tradição da família imperial; a China do presente é uma república federativa, sendo que no passado foi governada por dinastias imperiais etc.

- **Nação** – é constituída pela tríplice unidade - território, povo e governo -. O território, a nível de macro-escala, abrange toda a superfície física do próprio país (território nacional); de meso-escala, corresponde aos territórios regionais com suas características peculiares, específicas e distintas, incluindo as diversidades regionais, e que, no seu conjunto, forma o território nacional. Conjuntamente com as atividades locais e construções feitas pelo homem através do seu trabalho concreto socialmente necessário, o território adquire a feição de espaço geográfico. No conceito de nação, o povo é identificado por sua cultura antropológica (raças e etnias); por sua história (memória e identidade cultural) e pela composição social (classes, categorias e grupos sociais). O governo, com a sua função de administrador do aparelho do Estado completa o tripé que estrutura o conceito de Nação. Daí, a existência do Estado-Nação, resultar dessa tríplice unidade. A Nação Brasileira é formada pelo território nacional, pelo povo brasileiro e o governo da República. Em realidade, ainda não somos uma nação dado que o nosso governo ainda não possui a necessária autonomia política, econômico-financeira em termos de um Estado democrático, hegemônico e soberano. Vejamos, infelizmente ainda estamos presos aos ditames do capital

internacional-multinacional, assim como de empresas nacionais comprometidas com os interesses escusos alienígenas, tanto no âmbito do econômico-financeiro, quanto na área científica e tecnológica. O Brasil ainda não se fez Nação, pois falta-lhe um “projeto político” de abrangência nacional que resgate a identidade do território em termos de proteção e utilização racional dos seus recursos e riquezas naturais que estão sendo exauridos aceleradamente. Falta-lhe, um projeto materializado pela ação política no sentido da demarcação e proteção efetiva das terras indígenas, a quem por direito de descoberta e de uso capião (*utis possidetis*), pertencem às nações indígenas, e que estão sendo tomadas, à força, por fazendeiros pecuaristas e plantadores de grãos (a exemplo da soja), por madeireiros e garimpeiros, e, até mesmo, por iniciativa governamental que constroem usinas (a exemplo de Belmonte) que causarão danos ambientais irreversíveis no território indígena. Manter a integridade do território indígena significa manter a vida de centenas de tribos que falam mais de 200 línguas, pois, é nele que se encontra os “símbolos da espiritualidade” (o rio, a cachoeira, a floresta, os abrigos, os testemunhos, a montanha, o Sol, a Lua, as estrelas etc.), lugares sagrados por eles evocados que abrigam divindades protetoras (do bem, em oposição as forças do mal) e que são guias seguros de suas vidas materiais durante o transcorrer dos períodos do calendário anual. Há toda uma temporalidade a ser cumprida no período seco e chuvoso: a estação da caça e da pesca; da coleta de frutos, do mel, de vegetais comestíveis e de plantas silvestres; a época do preparo da terra, do plantio e da colheita etc., que deve ser cumprida pela comunidade etc. Falta ao regime político brasileiro propalado como “democrático”, principalmente por politiqueros oportunista-carreiristas que fazem do patrimônio público um quintal de regalias pessoais, onde reina o descompromisso com a sociedade; o clientelismo, como política de favores; o nepotismo, e, principalmente, a corrupção ativa praticada pelos “colarinhos brancos” em todos os escalões da administração pública, uma varredura total, que conjuntamente com a impunidade generalizada tornou-se prática corriqueira. Falta ao governo brasileiro erradicar, de vez, todas as mazelas políticas, econômicas e sociais existentes no âmbito do Estado e da sociedade brasileira. Para tanto, há que fazer uma reforma abrangente e radical em todos os três poderes da República Brasileira, e instituir uma nova legislação eleitoral e penal que coloque a soberania

popular, de maneira permanente, no centro das decisões políticas. Trata-se de uma democracia exercida pelo povo e para o povo e não uma democracia de fachada.

- **Região Geográfica** – corresponde a um conjunto de espaços geográficos, que possuem determinadas semelhanças entre si, de natureza física, econômica, cultural e social, portanto, apresentando traços comuns de identidade, evidentemente, em oposição a outros espaços que possuem características diferentes. Em sua acepção mais comum, região é uma porção individualizada e identificada de determinado espaço territorial. A região é, pois, podemos assim dizer, resultante de um equilíbrio de forças produzidas por ações e reações permanentes num determinado território submetido e determinada temporalidade histórica. A região de Brasília; a região do Vale Médio do Rio Araguaia; a região do Complexo Agro-Industrial do Sudoeste Goiano; a região da Chapada dos Veadeiros; a região do Vão do Paranã; a região do Vale do Rio Meia Ponte; a região de Campinas, no contexto da grande Goiânia etc. Geralmente, a região abarca uma superfície territorial mais ampla, muitas vezes incorporando terras de vários municípios.

- **Meio Ambiente** – é natural quando somente a natureza se faz presente; com o significado de meio geográfico, o termo diz respeito ao meio natural, mais os espaços construídos pelo homem pelo emprego de sua força de trabalho (física e mental), conhecido por meio antrópico. Em sentido mais restrito, meio ambiente é geralmente entendido como sendo o espaço natural no qual ocorre a interação dos componentes bióticos (fauna e flora) e abióticos (rocha e água). O homem entra nessa interação de interdependência na condição de componente cultural que, por seu conhecimento, técnica e trabalho transforma o meio natural em meio cultural. Quando se fala em meio ambiente, sempre temos que agregar ao território as ações do homem. Isto significa, inserir seus empreendimentos e vocações culturais.

- **Território** – o conceito de território corresponde a unidade territorial no contexto regional com suas características naturais intrínsecas: relevo, solo geológico e agricultável, susceptibilidade do solo ante à diferentes formas de erosão (pluvial, fluvial, eólica, laminar, voçorocamento, antrópica), clima e vegetação, drenagem de superfície e subterrânea etc., conjuntamente com as realizações feitas pelo homem que são os acréscimos históricos e materiais frutos do seu conhecimento e trabalho, portanto, produto de suas ações concretas

imprimidas no meio geográfico, natural e cultural. Enfim, trata-se do território como o conjunto de sistemas naturais mais o uso desse substrato pelo homem através do emprego da sua experiência, ciência e tecnologia, a ele agregando as práticas culturais e sociais. Em cada época, período ou momento histórico, necessário se faz uma nova modernização seletiva. Exemplos, o território onde se localiza a região da Serra dos Carajás com o seu complexo mineral; o território onde se localiza a grande empresa Perdigão na região do Sudoeste de Goiás.

• **Espaço Geográfico** – a noção mais simples de espaço geográfico é a de natureza modificada pelo trabalho do homem. Portanto, o conceito de espaço geográfico passa pela natureza do território, por suas características naturais, bióticas e antrópicas, modificadas pelo próprio homem através do seu trabalho. Dentro de um determinado território pode haver vários espaços geográficos, de acordo com a modalidade do trabalho concreto realizado pelo homem no processo de sua interação (interdependência), com o meio natural e cultural. Também, o espaço geográfico pode ultrapassar os limites do território e situar-se em outro (s) território (s).

À Geografia, interessa o denominado espaço humano ou social, resultado de múltiplas determinações e de formas que “se apresentam como testemunho de uma história escrita por processo do passado e do presente”. A geógrafa, Lenyra Rique da Silva, no seu importante livro “A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico” define o espaço geográfico como movimento e processo, ocorrendo a reprodução espacial sempre contínua, um espaço se reproduzindo como novo espaço. Trata-se de uma abordagem marxista calcada no materialismo histórico. Portanto, o espaço geográfico é o espaço produzido ou em processo de produção, e que se encontra inserido no modo de produção determinante e a este submetido. O espaço geográfico tem três dimensões interdependentes: histórica, econômica e social, a exemplo do território de uma fazenda identificado por sua história, por sua produção e suas relações sociais de trabalho.

Os autores geógrafos, Paulo César da Costa Gomes e Rogério Haesbaert, afirmam que “no espaço estão os signos da permanência e da mudança, e nele são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos”. Entre exemplos de espaços geográficos como objetos do estudo da ciência geográfica, citamos: o DAIA em Anápolis, exemplo de concentração industrial; o complexo agro-industrial da empresa Perdigão no sudoeste goiano; a espacialidade da especulação

imobiliária em Goiânia; a cidade de Goiás Velha, vista como centro histórico patrimônio da humanidade ...

- **Organização Espacial** – por organização espacial entendemos o conjunto de “arranjos” num determinado marco do território local ou regional, definindo uma configuração espacial singular, criada pelo homem através de suas ações concretas. Exemplos, são os arranjos espaciais e sociais como áreas de descanso-lazer e de atividade física do Parque Areião, do Vaca Brava e do Bosque dos Buritis na cidade de Goiânia.

- **Lugar** – Milton caracteriza o lugar como “uma porção discreta de espaço total, identificada por um nome”, assim o lugar se define como uma superfície local, possuindo características naturais e culturais, que lhe são próprias. Geralmente, o lugar se identifica com pessoa (s) ligada (s) a determinada produção ou serviços, ou, usuária de determinados bens de consumo. Exemplo de lugar temos, as feiras da Lua e do Sol em Goiânia que ocupam um espaço propício à realização das atividades do comércio informal ambulante.

- **Paisagem Geográfica** – é o cartão postal de visita de determinada área urbana ou rural. Ela é construída a partir da síntese dos elementos naturais e culturais presentes naquele meio natural ou geográfico. Na paisagem, há os elementos chamados físicos que são resultados da própria dinâmica da natureza, e os chamados humanos ou culturais que são resultantes das ações que os homens imprimiram naquela superfície. Exemplos: a paisagem da vereda do ITS; a da monocultura da soja no Chapadão do Céu (sudoeste de Goiás); a do café em São Paulo; a do algodão em Santa Helena, etc.

- **Princípios Geográficos** – os princípios geográficos são, em nível teórico e prático, os norteadores da pesquisa geográfica, no que diz respeito a busca do conhecimento do espaço geográfico, objeto de nossa investigação. Quando investigamos determinado espaço geográfico devemos nos pautar pelos seguintes princípios geográficos:

- *princípio da extensão* (Ratzel) – que revela a natureza em termos de abrangência do “fato geográfico”, termo utilizado por Jean Brunhes. Trata-se, de procurar conhecer a área de extensão de determinado estudo de uma realidade, portanto, a área de abrangência do fenômeno geográfico. O pesquisador não pode e não deve se ater, unicamente, aos limites visíveis do espaço geográfico sob investigação. A espacialidade geográfica extrapola o marco da aparência visível ou conhecida,

portanto, daquilo que é captado pelos órgãos dos sentidos, principalmente pela visão. O espaço geográfico encontra-se inserido na abrangência do espaço de totalidade, configurando-se como um espaço singular, objeto da pesquisa geográfica. Por exemplo, no estudo da paisagem das savanas, pelo princípio de extensão, verificar o domínio, a distribuição das savanas nos trópicos, até onde a vegetação se apresenta como unidade fitogeográfica;

- *princípio de analogia ou de geografia geral* (Ritter e Vidal de La Blache) – pautado pela necessidade de se estabelecer comparações entre ambientes geográficos, cujos fenômenos físicos e humanos possuem semelhanças comuns (análogas) e que podem apresentar similares em lugares de outros pontos do globo terrestre. Utilizando-se do mesmo exemplo, há necessidade de se estabelecer comparações (analogias) entre as diversas paisagens savânicas existentes em determinadas regiões dos continentes, em termos de semelhanças e singularidades, por exemplo, entre a savana africana e a australiana; entre a savana africana e os campos cerrados no Brasil; entre os cerrados do Brasil e os lhanos da Venezuela etc.
- *princípio de atividade* (Jean Brunhes) – todos os fenômenos, físicos e humanos, estão em permanente atividade, em contínuo movimento. É a dinâmica do movimento da matéria natural e social que se encontra em toda a natureza física e humana, em todos os fenômenos geográficos. Jean Brunhes afirma que “tudo se transforma ao redor de nós, tudo diminui ou se acresce. Nada é verdadeiramente imóvel”. No exemplo anteriormente citado, o estudo da paisagem savânica em sua dinâmica na natureza no processo de adaptação e renovação de suas espécies vegetais e animais, biodiversidade e reprodução nova. Como ela se comporta com as estações do ano e com as mudanças climáticas. Outro exemplo: a mobilidade dos migrantes rurais devido à incorporação do campo a economia de mercado, resultando no surgimento do bóia-fria.
- *princípio de conexão* – todos os fenômenos físicos e humanos estão em estreita conexão entre si, interação dos fenômenos que estruturam o “fato geográfico” (espaço geográfico). Trata-se da conexão universal dos fenômenos. Um fenômeno geográfico se interliga a outro, estruturando uma espécie de cadeia sistêmica, na medida em que investigamos a relação sujeito-objeto, objeto-sujeito, vamos estabelecendo a síntese de múltiplas determinações, resgatando a dimensão de

totalidade que o espaço geográfico possui. Jean Brunhes, no seu livro “*La Géographie Humaine*” faz uma análise desse princípio e alerta-nos para a idéia do “todo terrestre”.

- *princípio da causalidade* (Humboldt) – buscar as causas de determinado fenômeno geográfico – objeto de estudo do pesquisador – e procurar conhecer as que determinam a sua extensão e respectivas conseqüências.

• **Princípios Ambientais** – A sustentabilidade da Natureza vista no sentido de sua utilização racional pelo homem moderno, exige que haja a plena correspondência dos princípios ecológico-ambientais com as ações pragmáticas do homem. Isto equivale a dizer, que qualquer interferência do homem na natureza tem que levar em conta a interdependência dos fenômenos, portanto, a interação mútua entre o Homem e a Natureza, em que ambas naturezas possuem autonomia e dependência; a Natureza é autônoma em decorrência de suas leis naturais, e a Sociedade em função de suas leis históricas e sociais. Simultaneamente, ambas as realidades objetivas (natureza e sociedade) são dependentes uma da outra. A Sociedade para se reproduzir como nova sociedade exige um ambiente de equilíbrio, tanto natural quanto biótico; e a Natureza para se reproduzir como nova Natureza exige que o homem, ser antrópico, a respeite em seus ciclos naturais. A prática da interdependência, no sentido de entendermos a essência do ser humano nos conduz ao conceito de **natureza una** (“somos e devemos existir como uma só natureza” – Horieste Gomes).

Entre os princípios mais importantes direcionados à sustentabilidade ambiental, pontuamos:

- *princípio de regeneração* – exige que haja sempre a reposição compensatória do re-curso natural que foi extraído do meio natural ou do meio antrópico;
- *princípio da compatibilidade atmosférica com o desenvolvimento econômico* – pressupõe a não poluição da atmosfera por produtos químicos liberados pelas indústrias. Há que se ter em conta o devido controle das atividades econômicas, principal-mente das atividades industriais poluidoras, que poluem a litosfera, hidrosfera e atmosfera. As atividades agropastoris ligadas as monoculturas da soja e cana, por exemplo, que se utilizam da mecanização intensiva, de elevada

pivotização e uso abusivo de agrotóxicos nas propriedades, são as que mais poluem e degradam o meio ambiente da biosfera;

- *princípio do ecodesenvolvimento* – que o desenvolvimento econômico a ser implementado num determinado lugar esteja conectado à sustentabilidade ambiental compatível com a preservação do meio ambiente, e que ambas as partes envolvidas sintam-se recompensadas e não agredidas em seus componentes bióticos.
- *princípio da unidade da atividade produtiva e compensatória* – deve-se buscar o máximo efeito econômico conjugado com o melhor efeito ecológico-ambiental. Trata-se de estabelecer a maior interação possível entre a atividade produtiva do homem e sua correspondente natural em termos de compensação de qualidade de vida da natureza.
- *princípio da minimização dos efeitos negativos da atividade do homem sobre a natureza* – trata-se da necessidade de revelar e reestruturar as práticas produtivas e os comportamentos sociais quanto à utilização e manejo dos recursos naturais, no sentido de minimizar, ao máximo, os efeitos negativos causados pelas práticas predatórias ou pela cobiça do lucro máximo ambicionado pelo homem.

• **Sustentabilidade Ambiental** – a ocupação e uso de um determinado território sob o ponto de vista econômico e de sustentabilidade ambiental, exige que o empreendedor faça inicialmente um diagnóstico geoambiental e um zoneamento ecológico-ambiental que identifique, mensure e avalie as condições dos recursos naturais (RN), antes de qualquer iniciativa de apropriação do meio natural a ser trabalhado. A sustentabilidade ambiental impõe limites quanto ao uso do território. Considerando o “estado de risco” dos territórios regionais, a sustentabilidade ambiental passa pela necessidade de adoção de políticas públicas de cunho nacional, regional e municipal, compartilhadas em parceria com a sociedade civil. Passa também pela busca de se criar uma nova consciência ecológico-ambiental no sentido de utilizar e preservar o meio ambiente de maneira racional, trabalhando com a interdependência dos fenômenos naturais e humanos, e incorporando neles os “princípios ecológico ambientais”, como aporte científico à manutenção do ciclo da vida. Adoção de medidas de correção dos “passivos ambientais”, para se chegar ao passivo ambiental zero, com vista ao ordenamento territorial. Empregar técnicas conservacionistas para servir ao planejamento, uso e

conservação do solo agrícola. O grande desafio que temos pela frente consiste em equacionar o binômio: desenvolvimento econômico exportador com a sustentabilidade ambiental, no contexto da economia globalizada pelas leis do mercado.

• **Espaço-Tempo Em Geografia** – as noções de espaço e de tempo fazem parte da própria essência da matéria, portanto, não há matéria sem espaço e sem tempo, e vice-versa. No plano da Terra, as dimensões de espaço-tempo são utilizadas para o nosso entendimento do espaço geográfico inserido numa determinada região, no transcurso de uma determinada temporalidade histórica. O avanço na compreensão dialética da essência da Natureza e da Sociedade, permite-nos trabalhar melhor a relação espaço-tempo em geografia, no sentido de compreender a unidade homem-natureza regida pela interdependência, dos fenômenos, em que cada componente (natural ou social) possui a sua própria “autonomia” (regida por suas leis), simultaneamente, a sua “dependência” (regida pelos limites de cada realidade objetiva). A Natureza, depende do homem no sentido de mantê-la viva, para a reprodução dos seus ciclos naturais. A Sociedade, depende, *in totum*, da Natureza, dos seus recursos naturais (ar, água, luz, solo e subsolo, clima e vegetação etc.) para que o ser humano possa viver e sobreviver como espécie viva, afim de dar continuidade ao ciclo de vida.

• **Relação Sujeito-Objeto, Objeto-Sujeito** – a interpretação geográfica de determinado espaço investigado através da pesquisa fundamental e de campo, requer que o agente da pesquisa (o investigador) saiba trabalhar com segurança a relação processual existente entre o sujeito e o objeto, e vice-versa, e que se define como relação abstrato-concreto, concreto-abstrato, a fim que possa reproduzir com maior exatidão possível a realidade objetiva (natural e social) ali existente.

• **Historicidade** – importante atributo de análise porquanto é pela história como resultado do trabalho do homem que se materializa uma determinada paisagem geográfica. Pela historicidade detectamos o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção no âmbito de um determinado espaço geográfico, fruto do trabalho produtivo do homem no marco do território. É pela história que o espaço adquire a sua dimensão geográfica.

• **Totalidade** – sob o prisma da análise geográfica, a totalidade corresponde ao conjunto de todos os componentes naturais e culturais responsáveis pela identidade geográfica que buscamos conhecer em determinado espaço sob investigação. O todo transcende ao simples somatório das partes. Nele está contido o geral, o particular e o singular de cada componente, e, acima de tudo, a interação de todo esse conjunto de fenômenos que formam a estrutura do espaço geográfico, vista como totalidade sistêmica. O conceito de totalidade é de fundamental importância em toda análise do espaço geográfico e envolve a noção de tempo que nos permite reconhecer a unidade do movimento, responsável pela heterogeneidade com que as coisas se apresentam diante de nós. Desse modo abarcamos a idéia de continuidade e descontinuidade, a idéia de unidade e multiplicidade. Assim, abraçamos também a noção de passagem do passado para o presente e deste para o futuro.

• **Formação Sócio-Econômica** – termo criado por Marx em sua abordagem de Economia Política que define a questão da produção e reprodução do capital. A formação sócio-econômica encontra-se inserida num determinado modo de produção, sendo determinante na interpretação do desenvolvimento econômico de uma região, de um país. Ela se define pela unidade e contradição existente entre as forças produtivas e as relações de produção.

• **Formação Sócio-Espacial** – trabalha a mesma formação econômica, acrescida da dimensão espacial introduzida por Milton Santos, passando o conceito a ter, portanto, a dimensão geográfica de espaço objeto de nossa investigação.

• **Espaço Urbano-Espaço Rural** – os espaços urbano e rural são representado por diferentes usos do solo. No caso do urbano, são espaços justapostos entre si, constituindo-se num espaço simultaneamente fragmentado e articulado. O complexo de usos definem diferentes áreas (centro, concentração de atividades comerciais, industriais, serviços, áreas residenciais, área de gestão administrativa, periferia etc).

O espaço urbano que caracteriza a cidade capitalista é marcado pela desigualdade social. Há sempre um processo de reorganização espacial “fazer e refazer a cidade”, no dizer de Lobato, fruto das ações dos agentes sociais: o município com os seus instrumentos legais e seus investimentos públicos; os proprietários de terras do município (do centro e da periferia), que detém os meios de produção e de

comercialização, a exemplo de empresários industriais e dos agentes imobiliários; os grupos sociais excluídos, aqueles que não tem acesso aos bens e serviços.

No campo, o espaço rural do presente já está muito modificado. Desde 1970, com a anexação do campo à economia de mercado advinda com a fixação no território das grandes empresas multinacionais (estrangeiras e nacionais subsidiárias), o agro-negócio expandiu a fronteira da monocultura e do criatório (extensivo e intensivo) em todos quadrantes do território nacional. A política do Ministério do Trabalho cedeu às exigências do neoliberalismo, e eximiu-se de sua responsabilidade de negociação, que antes havia, quanto aos litígios empregador x empregado, deixando os trabalhadores em condições de total vulnerabilidade ante as negociações com os seus patrões. Daí, a rotatividade gerando o desemprego permanente dando o surgimento do trabalhador terceirizado (aquele que trabalha para um segundo agente dentro da cadeia produtiva), e, até mesmo, o quarteirizado (aquele que trabalha para um terceiro agente). O resultado, é uma perda real de salário do trabalhador em torno de 25 a 40% do montante a que tinha direito a receber.

No presente, o espaço da grande empresa agro-industrial capitalista globalizada pela economia do mercado internacional, é um espaço totalmente geométrico identificado pela monocultura do cultivo da soja, do milho, da cana-de-açúcar, do feijão, do arroz, do algodão, do sorgo etc., e do criatório extensivo e intensivo em escala de exportação de gado *vacum*, de suínos, de aves, ovos etc.

O pequeno e médio produtor rural brasileiro que ainda se mantém em suas propriedades é um sinal de resistência ante a invasão sistemática e crescente do grande capital.

As quatro categorias estruturalistas que se seguem, são importantes auxiliares na reconstituição de análise e síntese do espaço geográfico investigado em termos de determinada realidade que desejamos conhecer.

• **Estrutura** – corresponde a interação da forma com o conteúdo, resultante do conjunto de relações que dão organização a determinado espaço geográfico, objeto de nossa pesquisa. Como o próprio nome indica, diz respeito a organização, disposição e a ordem dos elementos essenciais que vão compor a totalidade inerente em determinado espaço geográfico.

Na concepção marxista, a estrutura corresponde a base econômica da sociedade viabilizada pelo trabalho concreto do trabalhador. Nela está contida as relações de produção e de trabalho, geradas na natureza do modo de produção capitalista, e que são os principais responsáveis pelo conflito permanente entre empregador e empregado, traduzido pelos opostos capital x trabalho.

- **Processo** – supõe movimento e continuidade na construção-reconstrução do conhecimento de determinada realidade geográfica. Trata-se da mudança gradual (ou radical), em movimento, de uma determinada fase espacial-temporal transitória para outra, via relação do sujeito (agente) com o seu objeto de análise (paciente).
- **Função** – a função como o próprio nome expressa, sendo algo preciso e imediato que se concretiza pelo movimento, num rápido momento de um determinado processo. Por exemplo, a função exercida pelos fatores climáticos na manutenção e renovação das espécies vegetais.
- **Forma** – é o externo de um determinado fenômeno geográfico. É aquilo que definimos como aparência das coisas. Há, em todos os fenômenos, uma aparência externa e uma interna, que é invisível. A primeira, sendo visível, é captada por nossos órgãos dos sentidos, em especial pela visão. A segunda, corresponde aos componentes e elementos de transição para o conhecimento da “essência”, portanto, do fenômeno geográfico ali representado, aquilo que define a verdadeira natureza intrínseca do fenômeno pesquisado.
- **Globalização** – Marx, nos Manuscritos Econômicos (1857/1958) já apresentava a antevisão dessa realidade, ao afirmar que “por um lado, o capital tende, necessariamente a destruir todas as barreiras espaciais opostas ao tráfego, isto é, ao intercâmbio, e a conquistar a terra inteira como um mercado”.

Há uma globalização verticalizada, imposta de cima para baixo, operacionalizada pelos agentes hegemônicos, que detêm a posse do capital financeiro internacional e nacional, em oposição à globalização horizontalizada, que está sendo construída na base da sociedade civil.

Em cada momento temporal, a globalização da economia é conduzida pelas leis do mercado, por meio de transações comerciais operacionalizadas pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, Milton). A globalização financeira, caracterizada por

investimentos, a médio e a longo prazo, de capitais produtivos oficiais e privados, é o *filet-mignon* cobiçado por governos e empresários dos países dependentes do grande capital e de tecnologia de ponta. A globalização apresenta duas faces: uma, geradora de riqueza, progresso e status social elevado, para poucos; outra, desemprego, pobreza, fome e miséria, desabrigo generalizado, não acesso à educação, marginalização e exclusão social, para muitos. Uma “fábrica de perversidades”, acentua Milton Santos.

Referências

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros. O Espaço Em Questão. In: **Terra Livre**, São Paulo, AGB Nacional, n. 5, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Horieste. Em Busca da Interdependência Sociedade/Natureza – caminhos da dialética. Revista **Estudos**. Goiânia: UCG, v.26, n.3, p.307 – 321, jul/set. 1999.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do Avesso**: para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

Recebido para publicação em setembro de 2013

Aprovado para publicação em outubro de 2013